

VIDA COTIDIANA E VIOLÊNCIA SEGMENTADA: UM ESTUDO DO ODH/UFPel SOBRE OS HOMICÍDIOS OCORRIDOS EM PELOTAS/RS NO ANO DE 2013

**FABRES, RICARDO ROJAS¹; CORBO, CLÁUDIO²; BRILHANTE, LÍGIA³;
BORGES, MÁRCIA⁴; PASE, HEMERSON LUIZ⁵**

¹Doutorando em Filosofia (UFRGS) e Educação (UFPel) – ricardorojasfabres@gmail.com

²Mestrando em Ciência Política (UFPel) – claudiocorbo13@yahoo.com.br;

³Mestranda em Ciência Política (UFPel) - ligiafranca.adv@gmail.com

⁴Doutoranda em Ciência Política (UFF) - marcia.borges.bb@hotmail.com

⁵Orientador. Professor do PPG em Ciência Política (UFPel) hemerson.pase@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno global, cujas causas e consequências ainda não estão bem claras – embora pesquisas e relatórios oficiais apontem indícios da relação estreita entre violência e pobreza. Na tentativa de contribuir com esse debate, o presente trabalho desenvolve a problemática da violência contra a vida a partir do estudo realizado pelo projeto de extensão “Observatório de Direitos Humanos” da Universidade Federal de Pelotas (ODH/UFPel) sobre os homicídios ocorridos no município de Pelotas (RS) no ano de 2013. Com base nos dados coletados nos documentos da 18ª Delegacia Regional de Polícia de Pelotas, serão apresentados os perfis individuais das vítimas e dos acusados dos crimes de homicídio e tentativa de homicídio – o que nos possibilita afirmar que a violência em Pelotas está, majoritariamente, restrita a grupos específicos. Nesse sentido, a partir da constatação de que existe um déficit de direitos sociais básicos na periferia, discute-se quais as possíveis relações entre violência e o “direito à cidade”, conforme conceito de LEFEBVRE (2011) e HARVEY (2005). Também serão apresentadas considerações sobre o modo como o arranjo social hegemônico influencia a vida cotidiana (LEFEBVRE, 2003; MARCUSE, 1968) e o modo pelo qual, nesse contexto, se manifesta o contraste entre a universalização das necessidades e as condições para satisfação dessas necessidades (MARX, 2004).

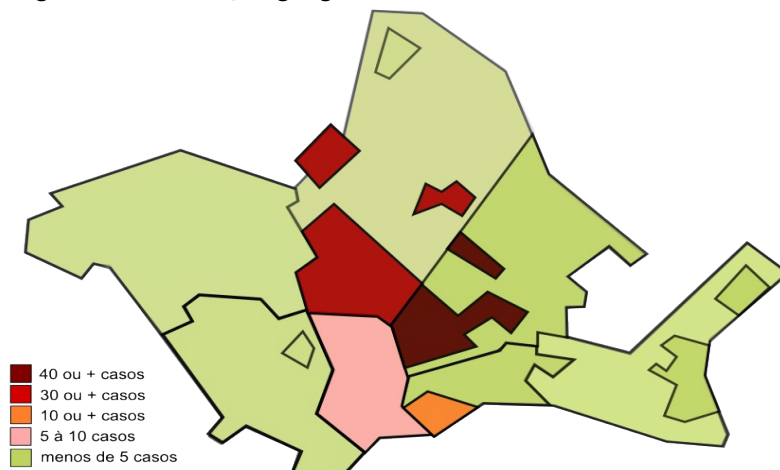
2. METODOLOGIA

O trabalho compõe um estudo desenvolvido pelo Observatório de Direitos Humanos da Universidade Federal de Pelotas sobre as violações contra a vida no município de Pelotas. Inicialmente, estabelece um recorte temporal no ano de 2013 e apresenta o levantamento quantitativo de homicídios e tentativas de homicídios ocorridos no município durante o ano em questão. A partir disso, de posse de dados como “local de residência”, “idade”, “escolaridade”, “profissão”, “estado civil” e “etnia”, o trabalho propõe uma reflexão sobre o “local de residência” das vítimas e dos agressores. Feito isso, serão apresentadas as regiões com maior incidência de envolvidos e, posteriormente, abordadas a partir das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para realizar um cruzamento com os dados do IBGE, a região aqui denominada **Área 1** é composta pelas áreas 001, 019 e 020 do Censo 2010, a **Área 2** é composta pelas áreas 002, 007, 008 e 020 e a **Área 3** é composta pela área 011. Em seguida, com base nos resultados obtidos no primeiro estágio da pesquisa, o estudo procura interpretar os dados, a partir de um marco teórico em grande parte vinculado à tradição marxista.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

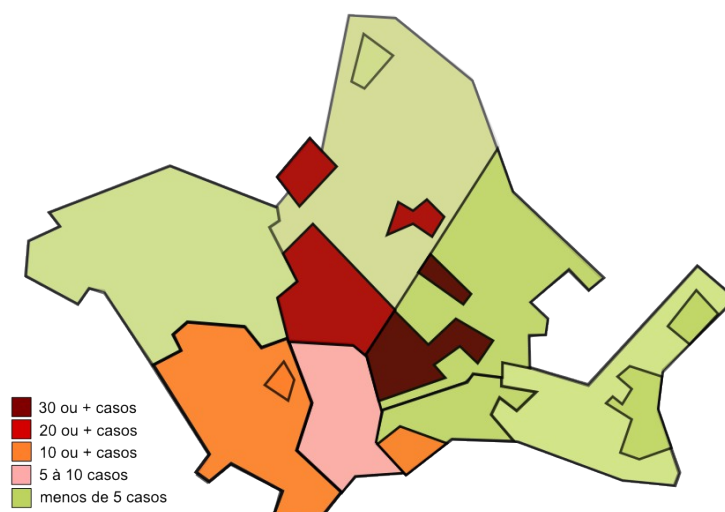
Ao total, foram coletados 111 atos criminais relacionados a homicídios (entre tentativas de homicídios e homicídios consumados) no ano de 2013 em Pelotas. Desses, constatou-se a existência de 129 vítimas e 139 agressores¹. A partir disso, foi possível identificar o local de residência de 115 vítimas, sendo 111 residentes em Pelotas e 4 no município de Capão do Leão, conforme a distribuição no mapa:

Figura 1 – distribuição geográfica do local de residência das vítimas



No mapa, percebe-se que as vítimas residem, majoritariamente, em três áreas: (i) **Área 1**, composta pela região administrativa denominada “Areal”, cujos locais de maior incidência são: Bom Jesus, Jardim Europa, Dunas, Darcy Ribeiro, Obelisco e Vasco Pires; (ii) **Área 2**, composta pela região administrativa denominada “Três Vendas”, cujos locais de maior incidência são: Cohab Tablada, Lindóia, Santa Terezinha, Getúlio Vargas, Pestano, Cohab Pestano e Sítio Floresta; (iii) **Área 3**, composta pela região administrativa denominada “São Gonçalo”, cujos locais de maior incidência são: Balsa e Navegantes. Ao total, 82 das 111 vítimas de Pelotas residiam nesses locais até o momento do ato criminal, o que representa um total de 74% dos casos analisados. Em relação aos agressores, foi possível identificar o local de residência de 113 acusados, dos quais 107 residentes em Pelotas, conforme o mapa:

Figura 2 – distribuição geográfica do local de residência dos agressores



¹ Em alguns casos, existem mais de uma vítima, bem como mais de um agressor.

Dos 107 acusados com endereço fixado em Pelotas, 77 residem nas áreas 1, 2 e 3, o que totaliza 72% dos casos. Dito isso, cabe destacar que as referidas regiões apresentam os piores dados no que tange à renda. Em média, o rendimento nominal mensal das pessoas residentes na Área 1 é de R\$ 866,68², na Área 2 de R\$ 971,35 e na Área 3 de R\$ 824, 97. Ao fato de 72% dos acusados e 74% das vítimas envolvidas nos casos analisados residirem nas regiões consideradas mais pobres, soma-se a constatação de que na área 017 (que abrange Zona Norte e Colina do Sol) cujo rendimento médio é o maior do município (R\$ 3.014,77) a participação dos moradores como vítimas ou acusados é menor que 1% do total de casos analisados. Esses dados coincidem com o contraste entre o valor do metro quadrado em ambas as regiões. De acordo com a prefeitura municipal de Pelotas³, a média dos valores do m² de terreno em áreas como Bom Jesus, Darcy Ribeiro e Dunas é de 0,50 URM enquanto em áreas como Baronesa e Colina do Sol o valor é, em média, dez vezes maior (em torno de 5 URM).

Desse modo, é possível atestar que a violência em Pelotas restringe-se aos bairros mais pobres. Nesse sentido, destaca-se também que a dinâmica do processo de urbanização do município coincide com a tendência universal do capitalismo recente (Cf. HARVEY, 2005), no qual a periferia, conforme HUGHES (2004), sofre com “a contingência do déficit dos elementos característicos do pacto subjacente ao contrato social, sendo sua população recorrentemente alijada das decisões e do acesso aos recursos do Estado” (p. 95). WAISELFISZ (2015) destaca, ainda, que as áreas mais ricas possuem recursos para investir em segurança privada, enquanto a periferia depende exclusivamente da segurança pública. Além disso, segundo o autor, “a cobertura da segurança pública distribui-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política” (idem, p. 102). LEFEBVRE (2011) identifica na gênese desse fenômeno socioespecial o afastamento do proletariado da cidade e, com isso, o afastamento da “obra” que ela representa.

A cidade, nesse caso, não é passível de fruição (como valor de uso) mas sim de consumo (como valor de troca). O resultado disso é o desenvolvimento de um novo modo de relacionamento com os espaços da cidade e a construção de formas alternativas de vida cotidiana, onde se projeta a ordem da sociedade, “regida por grandes e poderosas instituições, por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos significantes” (LEFEBVRE, 2011, p. 52). Assim, se por um lado a periferia é desalojada da cidade e de suas possibilidades culturais (praças, museus, universidades, teatros, cinemas, clubes e centros esportivos), por outro ela é invadida por uma “cultura” que, além de estranha, penetra o cotidiano substituindo a fruição humana pelo consumo – o ser pelo ter, como apontou FROMM (1978).

Embora o capitalismo tenha a seu favor em relação aos modos de produção anteriores a sofisticação das necessidades humanas e a universalização do desejo, sua natureza faz com que ele apenas possa garantir à maioria da população o suprimento das necessidades mais básicas do organismo (Cf. MARX, 2004, p. 80-100). Essa dinâmica manifesta nas regiões mais pobres da cidade uma contradição evidente: o desejo dos indivíduos de consumir bens cuja sofisticação contrasta profundamente com as condições materiais de suas vidas e

2 Área 1: valor referente à média entre as áreas 001, 019 e 020 do IBGE; Área 2: referente à média entre as áreas 002, 007, 008 e 020; Área 3: referente à área 011.

3 Disponível em http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2014/6178.pdf

cujo valor de troca contrasta com os baixos recursos financeiros disponíveis nesses locais. Enquanto isso, o indivíduo vive sua repressão livremente, “deseja o que se supõe que ele deve desejar” (MARCUSE, 1968, p. 53)

Não por acaso, quando o consumo assume a centralidade da condução da vida cotidiana, o resultado é a elevação do “ter” sobre o “ser” - desenvolvendo aquilo que MARX (2004) denominou como “o estranhamento do homem pelo próprio homem” (p. 85). Nesse cenário, a violência contra a vida exterioriza o desprezo do indivíduo por uma humanidade que lhe é negada e, também por isso, assume a forma da *reificação* – quando, a grosso modo, a relação entre pessoas “toma o caráter de uma coisa” (Cf. LUKÁCS, 2003, p. 194-204). O que se percebe, com isso, é que a estrutura moral desse cotidiano reflete um paradoxo inconciliável: do ponto de vista cultural, absorve e manifesta a valorização do mundo das coisas em detrimento da dignidade humana e do ponto de vista normativo, deve orientar sua atividade pelo marco jurídico que estabelece a dignidade humana como fim último da sociedade.

4. CONCLUSÕES

Primeiramente, cabe ressaltar que, de acordo com os dados analisados, a violência em Pelotas restringe-se, majoritariamente, aos bairros mais pobres – cuja ausência do Estado se manifesta na carência de espaços de sociabilidade, de infra-estrutura e de fruição. Nessas regiões, a influência determinante do culto ao consumo contribui para que o cotidiano assuma os traços de um *locus* vazio de conteúdo humano ao mesmo tempo em que cultiva a frustração – pois o baixo rendimento dos moradores não impede que seus desejos sejam os mesmos das áreas mais abastadas. Nesse caso, a violação contra a vida demonstra, em último caso, a própria desvalorização do *sentido humano* da vida – materializado na reificação das relações sociais. Por outro lado, nota-se que a violência parece estar atrelada a uma cultura patológica que distancia as pessoas daquilo que a cidade pode oferecer (o que lhe resta de valor de uso), restringindo cada vez mais as possibilidades de florescimento humano para essas pessoas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FROMM, Erich. **¿Tener o ser?**. Fondo de cultura económica, 1978.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço**. Annablume, 2005.
- HUGHES, Pedro Javier Aguerre. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 4, p. 93-102, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Centauro Editora, 2011.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 29/06/2015.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Martins Fontes, 2003
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Clube do Livro, 1968.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei nº 6.178/2014**. Disponível em http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2014/6178.pdf. Acesso em 29/06/2015.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf2015>.